

PAULUS
Social

REVISTA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PAULUS
Ano 3 – Nº 8/2021

A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PANDEMIA

NESTA 8ª EDIÇÃO, A PAULUS SOCIAL FAZ UMA ANÁLISE DOS ATENDIMENTOS FEITOS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM 2020, EM GRANDE PARTE DE FORMA REMOTA

• QUEM FAZ O SUAS ACONTECER

CONECTIVIDADE COMO DIREITO: TECNOLOGIA A SERVIÇO DO SUAS

• ENTREVISTA

PADRE JÚLIO LANCELLOTTI FALA SOBRE O TRABALHO SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA



PAULUS

NOVOS TEMPOS



O ciclo se repete

O ano de 2021 começou como uma repetição de 2020. O agravamento da pandemia de Covid-19 fez com que novas medidas de restrição fossem tomadas, refazendo o ciclo já vivido em março do ano passado, com os atendimentos presenciais novamente interrompidos, a retomada de teletrabalho, aulas remotas e comércios fechados. Nesta primeira edição do ano, a PAULUS Social faz uma análise dos atendimentos feitos pela Assistência Social em 2020, em grande parte de forma remota.

Em “Quem faz o SUAS acontecer”, Alessandro Tiezzi, assistente social e coordenador da área de Assistência Social da PAULUS, traz uma reflexão sobre os possíveis impactos causados pelo distanciamento social na dinâmica das relações familiares. O professor Carlos Eduardo Souza Aguiar, coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão da Faculdade PAULUS de Tecnologia e Comunicação (Fapcom), reflete sobre a conectividade e suas implicações no âmbito da Assistência Social.

Em “Entrevista”, contamos com a participação de Padre Júlio Lancellotti, do Vicariato Episcopal para a Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de São Paulo. Seu nome esteve em evidência nos últimos meses por seu trabalho incansável junto à população em situação de rua. Ele fala sobre a mudança na forma de atendimento e no visível crescimento da população em situação de rua.

Por fim, em “Reflexão”, Roger de Lima faz uma crônica sobre o retorno das atividades presenciais e as expectativas geradas com o “novo normal”. Há também uma crônica de Karolline Vicente da Silva, abordando a pandemia e suas implicações na saúde física e mental da população.

Que esta edição leve informação e também um pouco de esperança a todos!

Boa leitura!

PAULUS
Social
REVISTA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PAULUS

ISSN 2596-2264

A PAULUS Social é uma publicação do Departamento de Assistência Social, mantido pela Pia Sociedade de São Paulo – PAULUS

PAULUS
Rua Francisco Cruz, 229
Vila Mariana – São Paulo/SP

Diretor geral
Pe.Valdecir Pereira Uveda

**DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL DA PAULUS**

Coordenador de Assistência Social
Alessandro Tiezzi

Gerente de Marketing
João Paulo da Silva, ssp

Coordenador de Marketing
Samuel Lima

Direção de arte
Thiago Rodrigues

Comissão de publicação
Alessandro Tiezzi, Coordenador de Assistência Social; Alberto Nascimento Filho, Analista de Projetos Sociais; Mira Lopes, Analista de Projetos Sociais; Denilson de Castro, Analista de Projetos Sociais

Arte e diagramação
Mayara Jade

Reportagem
Alberto Nascimento Filho

Edição de texto
Cleane Santos e Érika Augusto

Revisão
Pedro Paulo Rolim Assunção

Colaboradores
Alessandro Tiezzi
Aline Figueiredo
Aylanne Silvestre
Carlos Eduardo Ferrari
Carlos Eduardo Souza Aguiar
Karolline Vicente da Silva

Padre Júlio Lancellotti
Renata Aparecida Ferreira
Roger de Lima

Edição somente digital

Contato
Assistência Social PAULUS
Tel.: 5081-7420
social.com@paulus.com.br
paulus.org.br

Fotos
Banco de imagens
iStock, Freepik e Instagram
@padrejulio.lancellotti

Sumário



Capa

A Assistência Social na pandemia

4

10

Vivencie!

Ontem eu morri, mas hoje...



Quem faz o SUAS acontecer

E agora, José?

12

16

Quem faz o SUAS acontecer

Impacto do distanciamento social na convivência familiar e comunitária



Quem faz o SUAS acontecer

Conectividade como direito: tecnologia a serviço do SUAS

20

24

Entrevista

As margens centrais da cidade, com Padre Júlio Lancellotti



Reflexão

Cuidar-se é mais que urgente

27

A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PANDEMIA

Por Alberto Nascimento*

Passado mais de um ano, a pandemia da Covid-19 ainda nos surpreende cotidianamente. Mesmo com a chegada da vacina, as transformações nas rotinas diárias permanecem e não há expectativas claras de retorno à “normalidade”.

A assistência social tem desempenhado, em conjunto com outras políticas, um papel essencial para a manutenção da vida neste delicado momento. Renata Aparecida Ferreira, que atuou como diretora da proteção social básica no Ministério da Cidadania (nomeado a época como Ministério do Desenvolvimento Social), entre os anos de 2016 e 2018, fala sobre o importante papel dessa política pública: “Para falar deste papel é importante lembrar que estamos falando de uma pandemia que traz desafios não apenas no campo sanitário e de saúde pública, mas também econômicos e sociais. A assistência social é uma área diretamente impactada, e seu papel nesse momento é garantir o acesso aos direitos básicos de todo cidadão brasileiro. Neste momento, os direitos básicos assegurados pela Constituição são colocados em cheque, à medida que os cidadãos estão desprotegidos, seja pela ausência de renda, seja pela ausência da sua integridade de saúde, ou por todos os agravos e impactos que a pandemia coloca à sociedade brasileira. Então, garantir as seguranças afiançadas de acolhida, sobrevivência, convivência, renda e autonomia é o papel formal da assistência social e, por meio dessa garantia, lembrar que os direitos básicos precisam ser assegurados”.

Carlos Eduardo Ferrari, formador da PAULUS e ex-presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (2010-2012), expressa a necessidade de mudança surgida diante da atual conjuntura: “Na pandemia, a assistência social acaba se transformando, mas não transformando suas seguranças afiançadas. Não dá tempo para qualquer política pública reescrever seus compromissos, mas é óbvio que ela se transforma, pois as demandas são outras. Vamos pegar o exemplo da assistência, que tem como seguranças afiançadas

a convivência, a acolhida, o desenvolvimento da autonomia e o acesso à renda. Pegando esses exemplos, é óbvio que a convivência é completamente repensada num momento em que o afastamento presencial é algo essencial para que as pessoas continuem vivas. Há que se pensar o processo de convivência numa perspectiva de afastamento social. Aproveitando-se, inclusive, de ferramentas on-line, mas não só isso; cuidando do convívio familiar, estimulando esse convívio de tal modo que se possa enfrentar ou prevenir situações de violência doméstica; cuidando do desenvolvimento da autonomia, de modo que as pessoas reivindiquem seus direitos, que agora passam a ser mais centrais em suas vidas, e se posicionem para acessá-los. Direitos, por exemplo, como o enfrentamento da extrema pobreza e o acesso a políticas de segurança alimentar”.

Mas é, de fato, possível a atuação à distância na assistência social? Sendo uma política que atua prioritariamente com atendimento direto ao público, é necessário refletir sobre os arranjos necessários para que essa execução remota se dê de forma apropriada. Ferrari sinaliza que sim. “Como qualquer política pública, a assistência se beneficia e se desafia a ressignificar e recondicionar seu atendimento a partir das possibilidades de tecnologias de informação. É possível fazer um trabalho à distância, assim como qualquer ação de proteção social, excetuando algo muito próprio da assistência, que são os serviços de acolhimento. Nesses casos, você tem uma demanda concreta que é o espaço físico. Ou seja, serviços de alta complexidade demandam o prédio: ele faz parte do serviço porque ali as pessoas são acolhidas; pessoas que vivem na rua, pessoas que tiveram um rompimento de vínculo familiar por uma série de motivos, idosos, crianças, mulheres em situação de violência doméstica. Nesses casos, a política pública não se efetiva na sua completude à distância”, relata Carlos.



ATENDIMENTO À DISTÂNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES NO SERVIÇO SOCIAL

Para Aylanne Silvestre, educadora social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) em Recife (PE), as dificuldades surgidas nessa adequação ao atendimento à distância são notáveis. “Em minha opinião, depois de um ano vivenciando isso, acredito que não seja possível manifestar na íntegra o que o SCFV propõe à distância. Não é possível porque não alcançamos nem 40% dos usuários, e tem a dificuldade para acompanhar de fato as famílias e os participantes. Normalmente, a única maneira disponível de ser executada é virtual. Durante esse período de pandemia, perdemos contato com muitas famílias, porque elas não têm celular, não têm meio de comunicação à distância, não têm internet. A única forma possível para o contato com essas famílias seria a presencial; ou seja, a ida dessas famílias ao espaço de execução do serviço ou a visita familiar, e essas duas opções não são possíveis no momento”, afirma.

Na opinião de Renata Aparecida Ferreira, especialista no tema da proteção social básica no Ministério da Cidadania, um dos principais desafios que a pandemia coloca para a assistência social é de fato conseguir efetivar um trabalho social de atendimento e de garantia dos direitos num contexto à distância, já que o atendimento presencial está inviabilizado há um ano e deve permanecer com essas

restrições necessárias por um período indeterminado. Para ela, essa mudança na forma de garantir o acesso do cidadão ao direito tem colocado reflexões importantes para a rede e mostrado o quanto a assistência social precisa acompanhar as mudanças não só tecnológicas, mas de convívio e de relacionamentos. “Eu acredito que é possível fazer assistência social à distância, desde que ela esteja conectada no contexto de uma gestão estratégica de inovação, na sua forma de operacionalizar tecnicamente e metodologicamente, mas principalmente que ela esteja também preparada para ofertar ao cidadão a acessibilidade necessária aos meios digitais”, explica. Renata reforça que, para o atendimento, é necessário que o cidadão tenha condições de acesso aos meios digitais para ser atendido de forma adequada. Segundo ela, o tema é também relativo; conforme o território, em muitos lugares no interior do país, onde há um acesso precário à internet, por exemplo, muitas comunidades estão resgatando estratégias como a rádio comunitária, e a assistência social faz uso desse tipo de instrumento, que ajuda na aproximação da população, do cidadão e da comunidade. Tais recursos auxiliam a assistência social a desempenhar com as famílias um trabalho pautado no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.





Foto: Istock

MANUTENÇÃO E GARANTIA DOS DIREITOS BÁSICOS EM UM NOVO CENÁRIO

Renata Ferreira sinaliza que a assistência social deve manter em vista seu comprometimento com suas seguranças afiançadas. “No contexto de uma crise sanitária, em que a área da saúde é impactada, fica evidente que um dos principais direitos de acesso nesse momento é o direito à alimentação adequada, o direito humano ao alimento apropriado, assim como o de acolhida para aqueles que realmente demandam uma situação de maior vulnerabilidade. A assistência, sem dúvida alguma, está desempenhando um papel importante para garantir o mínimo para a sobrevivência dos mais impactados, entendendo que a garantia dos direitos sociais básicos é necessária para atravessar esse momento. Embora ela não dê resposta sozinha: ela depende de outras políticas para alcançar essa totalidade de direitos”, conclui.

Ferrari também pontua a mesma necessidade. “Quero ainda destacar aqui a centralidade do acesso à renda, uma segurança afiançada que era muito própria, pelo menos no senso comum, muito reconhecida como destinada a públicos com características muito reafirmadas pelo inconsciente coletivo. Com o advento da pandemia, milhões de pessoas, pequenos comerciantes, trabalhadores do setor de restaurantes, bares, prestadores de serviços na área da estética, muitos desses profissionais passaram a demandar a política de transferência de renda popularmente batizada como ‘auxílio emergencial’, mas é importante destacar que isso é uma nomenclatura dada a uma política de transferência de renda emergencial do Governo Federal. Para além dela, existem também estratégias de transferência de renda em âmbito estadual e municipal. Tudo isso precisa ser compreendido como estratégias de proteção social no âmbito da assistência, que não se dá de maneira isolada; ou seja, junto com a transferência da renda,

é essencial que a política de assistência social continue ofertando seus serviços que promovem a convivência, o desenvolvimento de autonomia, a acolhida, enfim, que a política continue funcionando, articulando seus usos e benefícios”, enfatiza.

Carlos Eduardo Ferrari lembra que assim como todas as outras políticas públicas, a assistência não estava pronta, porque a pandemia surgiu como um tsunami para gestores públicos e para a sociedade em geral. Segundo ele, houve a necessidade de repensar e redesenhar a atuação do setor, readequando instrumentos normativos, prazos, a relação entre entes federados, entre sociedade civil e o Estado, e a relação entre organizações da sociedade civil e o controle social.

Renata Ferreira compartilha dessa opinião, destacando também a conjuntura histórica: “A assistência não estava pronta porque é uma política que seguia um processo de consolidação. Sabemos que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil ainda apresenta lacunas importantes a serem observadas e consolidadas. A própria rede de Proteção Social Especial de média e alta complexidade ainda não está consolidada em sua totalidade, seja em formato regional ou local. Ainda temos um abismo muito grande de estrutura de sistema, e esse processo de consolidação ainda está em curso. Mas não só por isso, costumo dizer que a assistência não estava preparada no seu aspecto técnico, de resposta. O tema chamado ‘emergências socioassistenciais’, conceituado no SUAS, que trata de grandes eventos emergenciais e situações de desastres, já vinha sendo tratado pela assistência há algum tempo. Se observarmos o próprio plano decenal, ele já traz, não só em suas metas e nos indicadores estabelecidos, mas principalmente no seu diagnóstico, a previsão de um aumento cada vez maior das situações de desastre e emergências no país, das mais diferentes ordens: não só apenas relacionadas às questões climáticas, mas também a emergências sociais. Só não imaginávamos que teríamos uma pandemia chegando de forma tão repentina como temos vivenciado há um ano no Brasil”.

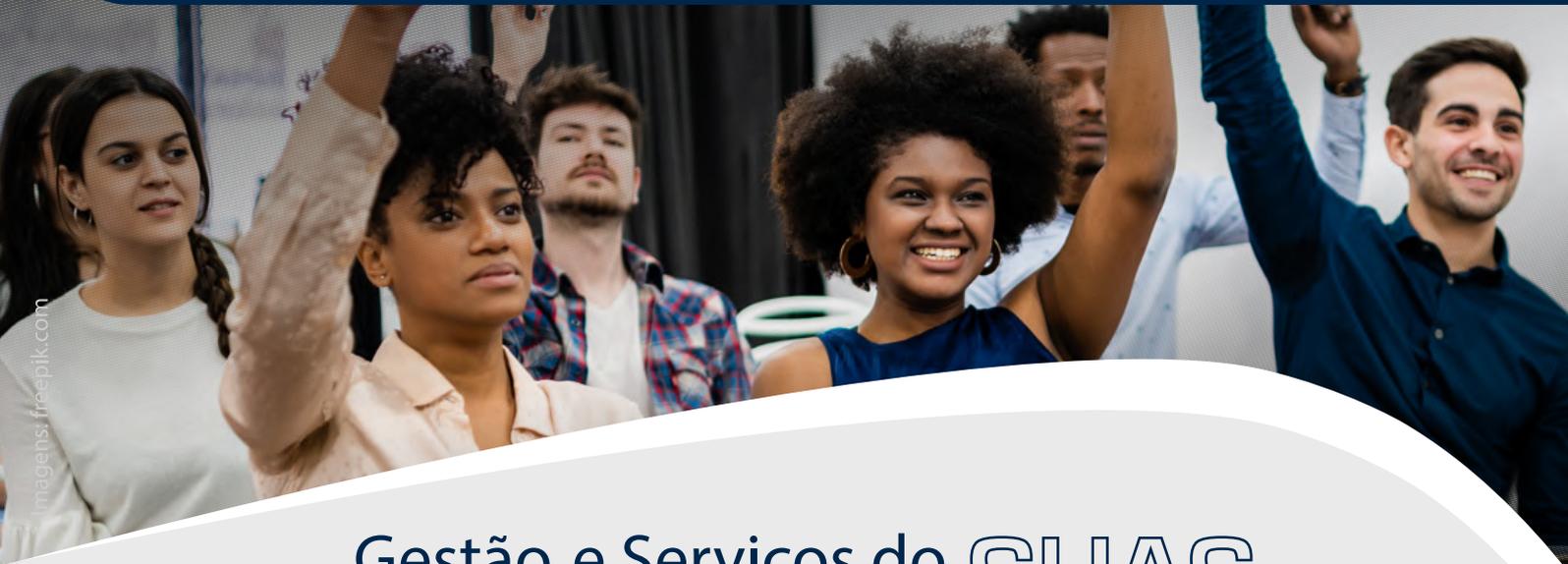
Na opinião da especialista, é urgente que esse tema seja tratado e que a assistência social seja reconhecida como uma política pública essencial à sobrevivência, à cidadania e à dignidade, para que, a partir disso, ela se fortaleça frente as mais diversas situações que possam ocorrer no Brasil e no mundo. Para Renata, é importante lembrar que um dos campos mais frágeis da assistência é a intersetorialidade. É necessário pautar também a importância de uma convergência entre setores para que, de fato, possa haver respostas efetivas para os inúmeros problemas sociais existentes, sobretudo, para os impactos gerados pela pandemia e para novas situações de emergência que poderão surgir. Segundo ela, a assistência precisa ser reconhecida não só como essencial, mas como uma política intersetorial, que compõe, com outras políticas públicas do país, esse guarda-chuva protetivo tão necessário.

Por fim, Renata sinaliza como as mudanças elaboradas agora podem permanecer no futuro da atuação da assistência social. “O atendimento à distância, assim como a gestão do trabalho e do trabalhador da assistência social no trabalho remoto, deve permanecer no pós-pandemia, ser absorvido nas rotinas e transformado em mudanças definitivas. Por mais que atuemos no campo das relações sociais, numa dimensão muito subjetiva das relações humanas, de fato conseguimos encontrar um caminho. Creio que, no dia a dia, essas modificações no atendimento à distância ou da gestão do trabalho à distância têm se tornado ferramentas importantes para avançar e aprimorar o trabalho que hoje a assistência social desenvolve. Para mim, muitas das ações terão mudanças definitivas”, assinala. Para ela, talvez seja necessária uma avaliação de impacto no atendimento à distância, uma vez que é algo recente para a assistência social, mas é importante a adesão a esse tipo de ação, para entender como o cidadão responde às mudanças, como o atendimento adentra no universo subjetivo e cotidiano das famílias, ou seja, como ocorre a efetivação do trabalho social. “Boa parte das mudanças será absorvida, como por exemplo a gestão do trabalho, o planejamento, a capacitação, a formação, a operacionalização técnica e o atendimento, levando em conta a importância de avaliar a atuação nesses campos”, conclui.

***Alberto Nascimento** formado em Jornalismo pela FAPCOM, atua como Analista de Projetos Sociais na Assistência Social PAULUS.

Curso de

Pós-graduação *Lato Sensu*



Gestão e Serviços do SUAS

Sistema Único de Assistência Social

O Sistema Único de Assistência Social é a forma mais contundente para a conquista e a garantia de direitos da sociedade brasileira quando o assunto é a Política de Assistência Social – oriunda da Constituição de 1988 e paulatinamente sendo implantada no país.

A FAPCOM é pioneira no Brasil em lançar um curso de especialização voltado ao SUAS e com gratuidade de 100%, denotando o compromisso da Mantenedora Pia Sociedade de São Paulo de contribuir de forma objetiva e qualificada para o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social no Brasil.

A Especialização em Gestão e Serviços do SUAS objetiva munir esse profissional com as ferramentas necessárias para a operação deste Sistema, investindo fundo na consolidação dessa política como garantidora e produtora de novos direitos para a sociedade brasileira.

Mais Informações

suas@fapcom.edu.br
2139-8541 e 2139-8563
fapcom.edu.br



ONTEM EU MORRI, MAS HOJE...

Por Karolline Vicente da Silva*

Difícil pensar no ano que passou e não sentir um calafrio. Difícil refletir sobre os meses que pareceram todos iguais, com a diferença das estações – dias um pouco nublados, outros mais ensolarados, quando não chuvosos. Mas, e quando a morada não tem espaço suficiente para ver ou sentir o sol? Como terá sido o isolamento até do calor da nossa estrela mais brilhante? Cinza e solitário. Até fazer apagar a própria luz interna.

Março de 2020. Ainda havia um aglomerado nos corredores da faculdade; o metrô às 22h estava lotado com universitários ansiosos para voltar para suas casas; professores preocupados com o rumo dos próximos dias; famílias sem saber com quem deixar seus filhos; pessoas estocando comida e álcool em gel; era o início de uma longa jornada de mais de 365 dias de quarentena.

A zombaria acontecia de um lado para o outro, andando paralela ao próprio vírus. Naquele mesmo dia, viram-se estudantes em bares, mas bem... Até hoje nós vemos. Não estudantes, mas o perfil que restou deles, a parte que as aulas on-line não sugaram através da tela. A propósito, as reuniões do Zoom também se tornaram outra espécie de sanguessuga. Se por um lado os encontros por videoconferência eram bons e minimamente reconfortantes, depois de tantas repetições e sem nenhuma outra forma de contato, a saturação contaminou todos, tal como o sarampo, ou outro vírus, seja como for...

Poucos foram os que conseguiram fugir da exaustão emocional do home-office. Além das dores musculares e dos pensamentos acelerados (ou a falta deles), era preciso se adaptar ao novo formato de trabalho: o e-mail migrou para o WhatsApp, os cafés da tarde com a equipe passaram a ser trazidos pelo motoboy do iFood (mas sem contato, o lanche fica na portaria) e a carga horária... A qualquer hora, a qualquer momento.

A quarentena não somente inseriu o “home-office” no vocabulário do brasileiro, como também ressignificou a palavra “produtividade”. Esta última passou a ser odiada ferrenhamente por muitos, pois, não havendo mais disposição

corporal para produzir, a psique foi se sobrecarregando cada vez mais, até atingir seu limite. Os dias de isolamento social se tornaram iguais, repetindo-se como no filme “Antes que eu vá” – ou quem sabe, a melhor narrativa seria “A Covid te dá parabéns” – e as horas se tornaram infinitas. Em uma escala de trabalho, estudos, cuidado com a casa, dentre outras tarefas essenciais, os pensamentos acelerados se tornaram rápidos demais para manter o equilíbrio. Então, deste modo, pessoas foram para os hospitais com suspeita de coronavírus e saíram de lá medicadas com Fluoxetina.

Nem mesmo uma pandemia fez com que as pessoas quebrassem o tabu a respeito da saúde mental. Foram necessárias muitas lives, encontros virtuais e entrevistas para que a importância dessa temática fosse melhor recebida. E, ainda assim, mesmo que o preconceito não fosse direcionado para o amigo que sofria com ataques de pânico, o mesmo não era válido para si próprio. A empatia tinha fim no próprio umbigo.

Para quem nunca teve crises de ansiedade, fobia social e depressão, a autoavaliação foi bastante complicada. Pior seria procurar ajuda em meio a uma crise econômica tão forte. “Como pagar a terapia se não há emprego?”. Não paga. Foi por isso que muitos psicólogos se voluntariaram e se dispuseram a cobrar valores mais acessíveis para atender os pacientes. E não eram somente os jovens e adultos que necessitavam de suporte, os idosos e as crianças também pediam socorro, por afeto, amor, diversão e humanidade.

Muitas crianças perderam o brilho no olhar, permanecendo vidradas na tela do celular. Sem amiguinhos e com atenção fracionada dos pais, tornou-se entediante desenhar sozinho, e mais chato ainda seria brincar com os dragões do universo intergaláctico. A alfabetização também foi ficando para trás, permanecendo apenas na lembrança ou no choro da criança.

Também choraram aqueles que já sofriam com transtornos psicóticos antes da pandemia. E aqui havia dois gru-



pos: 1) os que tinham tido alta e retornaram ao médico com temor e 2) os que estavam em tratamento e se viram diante da necessidade de doses mais altas. Ambos estavam relutantes e com medo de tudo e de todos. A diferença maior foi que o grupo 1 sentiu fúria pelas recaídas.

Para manter o bem-estar psíquico são necessárias três peças fundamentais: alimentação saudável, exercício físico e pessoas. O medicamento é sim necessário em muitos casos, mas, mesmo com o uso dele, os três pontos citados são extremamente importantes para o bom funcionamento de todo ser humano. No entanto, em meio ao isolamento social, sem poder sair de casa para praticar atividades físicas ou encontrar com as pessoas mais queridas, e com toda a frustração dessa realidade (e do home-office) intervindo na alimentação, todo o autocuidado foi por água abaixo (não junto com o skin care).

Então uma nova luta teve início, um novo tratamento, uma nova caixa de remédios, uma nova "realidade". Os desafios dos transtornos psicológicos afetam cada indivíduo de uma maneira diferente, mas é provável que todos sintam o medo, o desamparo e a impotência apertando o peito. O choro foi livre dentro de casa. Dessa vez não havia tantos amigos, abraços, rolês ou qualquer meio de conforto ou fuga da dor. Ela precisava ser sentida, e de fato foi.

Passamos a sentir a dor da recaída, do desencontro, da separação, do desamor, do desrespeito, da desumanização, da perda, do luto, do silêncio. Sentimos de perto a dor do vazio: frio e solitário. Talvez pela primeira vez, muitos precisaram olhar para dentro de si e refletir se já não estavam perdidos antes do vírus. Talvez a falta de ar fosse somente o descompasso das emoções há muito reprimidas.

Ouviram-se muitos gemidos de tristeza, lágrimas escorreram pelo rosto, a indignação correu pelas veias, e os dias se repetiram como se fossem um DVD arranhado. A incerteza do amanhã e a desistência do hoje fizeram muitos quererem nadar no passado. "Há um ano eu estava no MC Donald's próximo da faculdade, estava atrasada, pois tinha saído mais tarde do trabalho..."; "Lembra aquele dia em que

nós fizemos um teatro para a sala toda? Realmente foi muito divertido, saudades da galera..."; "Se fosse no presencial, seria tão diferente, porque as gravações no estúdio dariam mais ânimo..."; "A netinha começou a andar nos primeiros meses de vida, ela era tão pequena da última vez que a vi..."; "A gente ia casar na primavera, mas não floresceu...".

E assim se passou o ano mais angustiante da vida de muitas pessoas. A alma desolada, a casa silenciosa (em algumas, com mais uma cama vazia), os sonhos mais frágeis, o sorriso sem graça, os olhos sem luz e um corpo sem calor. Além de uma pandemia global, navegamos para uma epidemia de diagnósticos de transtornos mentais e para o luto de uma vida.

Após um ano hesitante, tudo parece exatamente igual – ou pior. Se no início ainda havia comoção e afeto, empatia e potência para ajudar o próximo, hoje as pessoas perguntam: "Onde está o meu próximo?". Tantas pessoas morrendo, por dentro e por fora, não só pelo vírus ou por suicídio, mas pela falta de esperança e fé de um mundo novo. Será que quando a pandemia acabar estaremos no mesmo lugar? Se houver alguma mudança, será que estaremos inteiros para apreciá-la? Se não estivermos, onde estaremos? Qual nosso lugar amanhã? No mesmo lugar. As mesmas escolhas, a mesma perspectiva de vida, a mesma casa, e o amanhã torna a se repetir continuamente.

Difícil pensar no ano que se passou e não sentir um calafrio. Um choro preso na garganta, uma nostalgia de um tempo bom, um sorriso frouxo como se aquele início de ano fosse um romance do passado... E foi. Poderia personificar 2020 como se fosse um antigo amor e lhe daria um abraço bem apertado, como se fosse uma pessoa de verdade. Mas ao olhar seus olhos mórbidos, ao surgir um suspiro na alma, diria que, apesar de toda a tristeza e desolação que estaria por vir, não valeria a pena viver no passado, por mais que o presente não fosse um presente.

*Karolline Vicente da Silva aluna do curso de Jornalismo na FAPCOM.

QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER

E AGORA, JOSÉ?

Por Redação

A pandemia do novo coronavírus nos desafia em diversas frentes, exigindo de nós ressignificações dialéticas que possam servir de fundamentos para a humanidade que queremos nos tornar.

Para debater o tema, conversamos com dois trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que participaram, direta ou indiretamente, das ações do programa de assessoramento da PAULUS no ano de 2020: Alessandro Tiezzi, assistente social e coordenador da área de Assistência Social da PAULUS, e Aline Figueiredo, assistente social e pedagoga, com atuação em Campinas (SP).

P.S. — Você esteve presente em algumas transmissões ao vivo da PAULUS em 2020. Qual impacto você imagina que elas possam ter gerado?

Alessandro Tiezzi: Estive presente em todas as atividades remotas que foram realizadas pela PAULUS em 2020. Destaco que a instituição, nas ações de assessoramento e também de atendimento direto com serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, sempre atuou de modo presencial, mas o cenário pandêmico nos conduziu às novas frentes de trabalho para mantermos nossa atuação no campo da Assistência Social. Em 2020, acabamos, de fato, atuando quase que exclusivamente pelo meio remoto. As formações presenciais que estavam em andamento no início do ano foram readequadas para o formato remoto, garantindo a conclusão das atividades e, a partir disso, nossa atuação foi integralmente remota. A tecnologia já estava aí — claro que temos uma discussão sobre o acesso, mas é uma tecnologia presente — e a pandemia acelerou sua utilização como meio de viabilizar a continuidade das ofertas socioassistenciais. Planejávamos para longo prazo algumas atividades híbridas, mas a pandemia nos forçou a colocar em prática essa atuação on-line.

No intuito de garantir a qualidade que sempre prezamos em nossos atendimentos, com investimentos necessários de infraestrutura feitos pela instituição, conseguimos alguns resultados bem interessantes. Um deles foi a possibilidade de realizarmos atividades formativas do assessoramento sempre ao vivo, ou pelo canal da PAULUS no YouTube ou pelas salas on-line disponibilizadas por algumas ferramentas tecnológicas. Em 2020, realizamos uma média de 11 encontros on-line. As transmissões ao vivo pelo canal da PAULUS no YouTube chegaram a quase 20 mil visualizações.

Pelo assessoramento da PAULUS, realizamos também pesquisas com as famílias e tivemos 28 municípios participando, com 623 respostas, e isso foi possível através de formulários aplicados de modo virtual. No presencial, não conseguiríamos ter esse



alcance, portanto o trabalho remoto trouxe alguns impactos positivos nesse sentido.

No programa Direito e Cidadania, tivemos algo muito interessante: pessoas de 90 municípios participando efetivamente das formações on-line, possibilitando trocas de saberes entre os diversos públicos dos mais distintos estados brasileiros, em transmissão simultânea pelas diversas salas on-line criadas.

Quanto ao atendimento direto, aponto que o cenário é muito diferente, com outra metodologia. A experiência nos mostra que o atendimento direto ao público, ou seja, a nossa atuação no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes, deve acontecer de forma presencial. Tivemos a possibilidade de manter minimamente o vínculo com as famílias, mas sentimos muita dificuldade. Realmente, há um número significativo de pessoas que não têm possibilidade de estarem conectadas, seja pelas condições de infraestrutura nas regiões de moradia, seja pelas limitações econômicas para acesso aos equipamentos, como por exemplo, possuir um único aparelho celular para todos os familiares da residência. Embora com um número menor de participantes na interação das atividades remotas, abriu-nos também a possibilidade de estabelecer a discussão sobre a convivência e o fortalecimento de vínculos a partir das ferramentas tecnológicas. Isso expande um horizonte dentro dos Centros de Atendimento da PAULUS. Apesar de entender que o atendimento acontece de forma direta e presencial, na perspectiva da proteção social e até mesmo nas demais seguranças afiançadas, a possibilidade de explorar o mundo digital não pode ser descartada. Temos o dever de levar adiante as discussões do direito ao acesso à internet pelas famílias, principalmente as que vivenciam vulnerabilidades e riscos sociais. A internet e a tecnologia não se apresentam mais como ferramenta, ou seja, como um meio ou instrumento, mas como espaço para exercer a cidadania. Temos que dialogar com essas práticas que estão postas. É uma maneira de construirmos novos entendimentos, inclusive de ofertas diversificadas no campo da Assistência Social, seja no assessoramento pelas ati-

vidades formativas em ambientes remotos, seja para qualificar as ofertas — ainda que presenciais — dos serviços de atendimento, que podem ser diretos e, ao mesmo tempo, conectados ao mundo.

Aline Figueiredo: Participei no formato presencial e on-line das formações ofertadas pela PAULUS no município de Campinas (SP), em épocas diferentes. Considero que o formato on-line trouxe impactos muito significativos, oportunizados por trocas entre pares, contato com trabalhadores de outras realidades, cidades e estados, e pela riqueza do pensar, coletivamente, em novas abordagens e estratégias remotas para esse cenário que infelizmente está posto, considerando temas caros para esta política: gênero, família, comunidade, regionalidade e empatia. As produções coletivas e a socialização dessas experiências nos permitiram imaginar e criar alternativas de acordo com cada realidade.

P.S. — O atendimento remoto se tornou e vem se mantendo imperativo nesse período. Como você avalia essa atuação nos serviços de Assistência Social?

Alessandro Tiezzi: O que eu trago, a partir da atuação na PAULUS, é a possibilidade de conexão ao vivo com outras pessoas por meio da tecnologia. Tivemos essa experiência de termos na sala on-line cerca de 80 a 100 pessoas conectadas, e as trocas foram riquíssimas. Vislumbramos o remoto como mais uma possibilidade de atuação no campo do assessoramento, no que diz respeito aos processos formativos. É importante garantir que seja ao vivo, que a pessoa veja o formador, consiga dialogar e interagir. Explorar também esse ambiente digital para realizarmos pesquisas, além de agilizar encontros e reuniões com os atores da rede socioassistencial. Se a tecnologia for bem aplicada, conseguiremos chegar a locais que no presencial seria mais difícil. É um paradoxo.

Aline Figueiredo: Infelizmente a desproteção das famílias aumentou e as vulnerabilidades do campo material e relacional fragilizaram-se ainda mais. Fico feliz que nós, trabalhadores da Política de Assistência Social, não tenhamos deixado de trabalhar em nenhum momento para lidar com essa questão. Pelo contrário, intensificamos as nossas ações, a acolhida e principalmente a escuta, para contribuir de forma assertiva com as demandas que chegam, além ser uma rede de apoio para aqueles que necessitam. Tenho muito orgulho e admiração por todos que militam diariamente e buscam quebrar a visão de que a Política de Assistência Social é uma política de enfrentamento à pobreza e torço para que seja reconhecida como uma política de proteção social, independente de renda.

P.S. — Nesta perspectiva, como fica a atuação do controle social, especificamente?

Alessandro Tiezzi: Eu penso que demanda muito diálogo da rede socioassistencial com o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Assim, será possível essa construção coletiva das diversas formas de atuação e de ofertas da Política de Assistência Social. É importante que o CMAS possa, junto com as entidades, discutir e definir os critérios de atuação e de monitoramento.

Aline Figueiredo: Nesse momento, devemos intensificar ainda mais a função de vigilância dessa política e pensar — através de ações, indicadores e vivências — quais são os territórios, espaços e demandas que surgem no cotidiano dessas famílias. Cabe a todos os trabalhadores e organizações exercer essa função e contribuir para a produção de um cenário mais protetivo. Participar dos espaços de controle social ofertados e conseguir pautar as necessidades deste momento, com propostas de atuação coletiva, a meu ver, contribuirá para minimizar dores e perdas que acontecem diariamente, sem centralizar apenas em um ator, mas de forma intersetorial e integrada. A tecnologia contribui muito para que esses encontros aconteçam e sejam efetivados através de ações qualificadas e integradas.

P.S. — Passado um ano de pandemia, com a real probabilidade de que tenhamos ao menos mais um ano, quais serão os maiores desafios da Assistência Social no pós-pandemia?

Alessandro Tiezzi: Esperamos a manifestação das mais diversas vulnerabilidades sociais enfrentadas pelo público-alvo. Será necessário readequarmos nossos serviços a fim de contribuir com espaços de diálogos com as famílias e buscar fortalecer a rede socioassistencial para enfrentar esses desafios. Vamos ter, de fato, que compreender as vulnerabilidades apresentadas e buscar alternativas de atuação quanto ao acesso a direitos e serviços.

Aline Figueiredo: Acredito que o desafio seja reconstruir laços, afetos e partilhas tão significativas que existiam no dia a dia, com abraços, carinhos e sorrisos carregados de emoção e de esperança. Reconstruir relações e ressignificar a vida de quem ficou aqui, em luto pela perda de entes queridos. Reconstruir sonhos como trabalho, estudo, moradia e outras coisas que o coração de cada um traz; reconstruir histórias e visões de mundo com muito trabalho e dedicação para garantir as seguranças da Política de Assistência às pessoas que dela necessitam: acolhida, autonomia, convivência e sobrevivência.



Foto: istock

QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER

IMPACTO DO DISTANCIAMENTO SOCIAL NA CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Por Alessandro Tiezzi*

Há mais de um ano, o mundo vivencia rotinas bem diferentes do que as de costume. A pandemia provocada pela COVID-19 afeta diretamente a saúde do povo, provocando perda de vidas e impactos na economia, com efeitos adversos nos negócios, no comércio, no acesso à educação e outros não tão fáceis de mensurar, resultantes do isolamento social prolongado, como a ansiedade, a perturbação do estado mental e a solidão.

As informações quanto à necessidade do isolamento social para retardar a disseminação do vírus são divulgadas diariamente, o que nos leva a compreender a importância do combate à pandemia, mesmo que ainda restem pessoas que pensem o contrário, mantendo, de certa forma, hábitos como a aglomeração, não mais aceitáveis neste momento. Ainda assim, considerando que uma parte dos cidadãos mantém o isolamento social, já podemos ouvir de pessoas próximas o impacto que este isolamento causa, não só nos aspectos econômicos, mas também nos aspectos sociais, já que a convivência social e familiar ganhou novos desafios e contornos frente ao isolamento.

É no ambiente das relações sociais e familiares que o sujeito se transforma, se desenvolve e exerce sua cidadania. No contato com o outro, os valores essenciais à vida comunitária são disseminados. Porém, dado o contexto pandêmico, a fim de preservar vidas, a convivência ficou limitada, e é neste cenário que as vulnerabilidades se manifestam de diferentes formas e graus.

Encontrar as melhores práticas para manter a convivência familiar e comunitária de forma segura e saudável frente ao isolamento é assunto inesgotável e desafiador. A convivência deve abranger práticas razoáveis, respeitadas, amistosas e sempre voltadas à proteção dos indivíduos, em especial as crianças, adolescentes e idosos. Por isso, foram necessários novos arranjos no relacionamento, com algumas práticas já vivenciadas, mas, ainda assim, com alto grau de desigualdade.

Ainda que vivenciemos momentos de restrições, é importante dar ênfase à integridade das relações e à convivência familiar entre pais e filhos, netos e avós, pois são muitos os benefícios recebidos através dessa troca de

conhecimentos e experiências, tanto na formação dos indivíduos quanto no processo de envelhecimento dos idosos.

Muitos países, inclusive o Brasil, têm adotado restrições em todo o território, ações que incluem o fechamento de comércios, bares, restaurantes, cancelamento de eventos esportivos e culturais, adoção de teletrabalho, suspensão de aulas presenciais e a adoção do ensino remoto. A convivência passa a ser restrita ao grupo familiar, e a necessidade de ficar em casa resulta em incerteza e sofrimento. Sendo assim, não há como negar que os indivíduos estão com maior carga de estresse gerada pela ansiedade, pelo medo da contaminação, pelo desemprego, pela fome e pelo luto diante das perdas de parentes e amigos.

A restrição nos ambientes sociais, seja no trabalho, na escola, nos parques e nos shoppings, tem impactado no desenvolvimento das pessoas. As crianças e os adolescentes demandam atenção especial, pois estão submetidos a novas formas de aprendizado e à restrição de espaços propícios ao desenvolvimento de habilidades. Acrescenta-se a essas vulnerabilidades a precarização alimentar, uma vez que grande parcela das crianças tem na escola a única garantia de uma alimentação adequada.

A privação do convívio social para crianças e adolescentes pode trazer consequências ainda mais graves para o seu desenvolvimento, considerando a ausência de amigos, professores, das práticas esportivas e de diversas atividades que demandam contato social. A garantia da convivência familiar e comunitária é direito fundamental para a formação e o desenvolvimento sadio de crianças e adolescentes.

Em relação ao convívio familiar, podemos considerar mudanças significativas nas rotinas dos membros familiares. Situações já consideradas vulneráveis ganharam mais elementos agravantes. Restrição no contato físico entre filhos e pais cuja relação conjugal foi rompida, ausência das relações com os avós, tios, primos, etc., violências diversas no ambiente familiar, ausência de acesso à renda mínima e à alimentação são algumas situações provocadas pelo contexto atual.

Mesmo nas famílias que possuem condições emocionais e financeiras mais estruturadas, é preciso considerar a sobrecarga nas rotinas diárias. Pais em teletrabalho e com dificuldades de acompanhar as rotinas escolares dos filhos —



também em ambiente virtual — fragilizam a convivência e os laços afetivos. Muitas vezes, a família não consegue estabelecer rotinas de convívio adequadas, seja nas pequenas atitudes como a limpeza do lar ou a preparação das refeições, seja nas rotinas que, construídas em grupo, ajudam a estreitar a relação e a abrir espaços de escuta e troca.

A convivência não se resume a contatos superficiais e não está relacionada diretamente ao fator tempo. A convivência deve garantir o fortalecimento de laços, vínculos e afetos, estando relacionada a cuidados e responsabilidades. É certo que a convivência ideal é a presencial, viabilizando o contato com os demais indivíduos que compõem a família, mas, no contexto pandêmico, outros meios de contato foram incorporados para a manutenção mínima do convívio.

O contato por meio telepresencial, ou seja, através de plataformas tecnológicas, em ligações de áudio e vídeo, tornou-se praticamente o único meio para a manutenção da convivência e do fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares. Não se trata de substituição ou compensação, mas de uma prática adotada para a preservação dos laços relacionais e até mesmo do trabalho e da renda.

A manutenção dos vínculos familiares, profissionais e escolares de forma remota, em alguns casos, foi algo que talvez possamos adjetivar como “solução” imedia-

ta para a permanência desses laços, sem descumprir as medidas de distanciamento social. É claro que essa alternativa, considerando o tempo em que estamos expostos à pandemia, não afasta os impactos negativos da ausência da convivência familiar e comunitária provocada pelo isolamento, tendo em vista que a necessidade de cuidados de crianças e adolescentes e de convívio social com os demais membros da família nunca será totalmente suprida pelo contato virtual. Isso ocorre, pois a tecnologia proporciona um amparo limitado para nos servir nas necessidades de convívio, uma vez que o acesso ao mundo digital ainda não é possível para todos.

Tal limitação resulta em exclusão, pois há tempos a internet se estabeleceu como um novo local de exercício da cidadania, ou seja, de acesso a bens e serviços indispensáveis à vida em sociedade e, por consequência, à vida cidadã. Como esse acesso ainda não é democratizado, temos como resultado os relatos nos telejornais de várias pessoas sem acesso aos benefícios governamentais por não estarem conectadas.

Embora esta seja uma discussão que demande mais considerações, o acesso à tecnologia e ao mundo digital se apresenta ainda mais relevante neste momento, não sendo mais um “meio”, mas um direito de “estar”. As possibilidades reais no mundo digital para o convívio e as trocas demandam o direito de estar virtualmente conectado com a comunidade, seja nas redes sociais, nos grupos on-line e até mesmo na rede de contatos necessários para o mundo do trabalho.

As possibilidades de aprendizagem são ampliadas, da educação básica até graduações, especializações e cursos livres. Reuniões de trabalho, familiares e de amigos contribuem minimamente para a permanência da vida comunitária ativa, ainda que com várias restrições se comparadas ao presencial. As mídias sociais podem ser usadas para unir pessoas e permitir que haja interação social, desenvolvendo habilidades e mantendo a esperança e a motivação vivas. Podemos acrescentar neste debate o acesso pelos mais velhos às mídias sociais, o que também resulta na manutenção da convivência e da vida.

Fornecer garantias sobre a utilização da tecnologia, principalmente em um momento em que essa parece ser a melhor opção disponível, deve estar no centro do debate social, visando a garantia desse direito de acesso e a sua efetividade. É importante refletir também sobre a superexposição aos eletrônicos (televisão, celulares, videogames e computadores) e sobre a importância do uso desses equipamentos, dando uma atenção maior às crianças e aos adolescentes, que os utilizam nas rotinas de lazer, diversão, aprendizagem e de convívio.

Diante desse contexto, há o agravamento das vulnerabilidades para as pessoas que não dispõem desses

recursos e do acesso a internet. Se, tal como vimos, a tecnologia tem sido o principal acesso ao convívio, ao lazer, ao trabalho e à aprendizagem, como ficam aqueles que estão desconectados, considerando que valorizar os laços familiares em casa e os contatos virtuais, agora, está intrinsecamente relacionado com o cuidado e a promoção humana?

Faz-se necessário entender que a convivência e os vínculos familiares e comunitários são a base da vida em sociedade, e isso também tem sido feito por meio das interações possibilitadas pela tecnologia e pelo acesso à internet, fazendo do espaço virtual também um local de exercício da cidadania. Portanto, dificultar ou restringir o acesso à tecnologia e à internet deve ser encarado como fator de exclusão e de aumento da vulnerabilidade social.

A pandemia exige de todos os atores da sociedade uma cooperação coletiva para enfrentar as dificuldades impostas — sejam elas financeiras ou emocionais — que comprometam o pleno desenvolvimento dos cidadãos. Quando consideramos a família como núcleo principal no papel de proteção e amparo aos seus membros, entendemos que garantir oportunidades de acesso para o pleno desen-

volvimento das famílias é dever de todos. No entanto, revela-se desafiador discutir e elaborar propostas de intervenção diante das mais diversas vulnerabilidades e dos riscos sociais que ameaçam as famílias.

Neste contexto, torna-se mais urgente a necessidade de políticas públicas e da participação de toda a sociedade organizada na inclusão das famílias em situação de

vulnerabilidade e risco social, garantindo seu acesso a bens e serviços, de modo a promover condições dignas à vida humana. O desafio e as vulnerabilidades sempre estiveram presentes, mas tornam-se ainda mais visíveis neste cenário pandêmico, demandando ainda mais atenção e uma agilidade maior nas intervenções.

A qualidade de vida das pessoas perpassa a manutenção dos laços afetivos, familiares, sociais e comunitários, o acesso à renda e à proteção social. Garantir espaços de convívio, mesmo à distância, é uma necessidade imediata para

gerar processos de resiliência, oportunizar vivências de novas formas de enfrentamento das adversidades e melhorar a interação entre os membros familiares.

“ O acesso à tecnologia e ao mundo digital se apresenta ainda mais relevante neste momento. ”

*Alessandro Tiezzi assistente Social, Pós Graduado em Gestão de Projetos Sociais, atua como Coordenador da área de Assistência Social da PAULUS.



**QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER**

CONNECTIVIDADE COMO DIREITO: TECNOLOGIA A SERVIÇO DO SUAS

Por Carlos Eduardo Souza Aguiar¹

“O que inquieta, de fato, não é que o mundo se transforme num completo domínio da técnica. Muito mais preocupante é que o homem não está preparado para essa radical mudança do mundo. Muito mais preocupante é que ainda não somos capazes de compreender adequadamente, por meio do pensamento meditativo, aquilo que está emergindo em nossa época.” (Heidegger)

O ato de acolher é considerado na Política de Assistência Social de Proteção Básica como um dos aspectos essenciais para a efetivação dos direitos dos usuários do Sistema Único da Assistência Social – SUAS. No SCFV, a acolhida tem de ser um movimento contínuo, que aconteça não apenas no momento da chegada dos usuários ao espaço em que é executado o serviço, mas em cada atividade e vivência desenvolvida com eles.

A pandemia de Covid-19 que assola o Brasil e o mundo há mais de um ano acelera um processo em curso nas últimas décadas, que é o da digitalização da sociedade. Às vésperas do colapso pandêmico, todos os setores da vida social – da economia aos relacionamentos afetivos – já vinham sofrendo um impacto massivo e irreversível devido à emergência das tecnologias digitais e em rede. No entanto, as medidas de isolamento social forçaram um deslocamento ainda mais forte para o ambiente das redes, em razão da necessidade de manter a circulação e as trocas em um nível compatível com a própria existência da sociedade. Os milhares de estudantes e professores ao redor do globo que, de uma hora para outra, tiveram de adaptar suas metodologias de ensino e aprendizagem para o contexto das mediações tecnológicas são testemunhas dessas mudanças drásticas.

Não existe vida social sem circulação de pessoas, de ideias, de solidariedade, de mercadorias. A sociedade funciona à medida que as trocas entre seus diferentes atores acontecem, não só trocas econômicas, mas de conhecimento, de informações e, por que não, de afetos e acolhimento. Logo, os imperativos da pandemia obrigaram diferentes atores, entusiastas ou não das mediações tecnológicas, a aprofundarem sua conectividade no ambiente das redes, situação que desvelou com clareza uma das mais contundentes desigualdades do mundo contemporâneo: a desigualdade digital.

Não seria diferente com as atividades ligadas à Assistência Social. Diferentes serviços tiveram de rever protocolos e procedimentos e a atuação remota – que sempre foi alvo de forte resistência devido ao imperativo do acolhimento e da escuta atrelados à presencialidade – passou a ser, em muitos casos, o único recurso para manutenção dos atendimentos, na maioria dos casos realizada de forma improvisada, por ferramentas massificadas, como o WhatsApp.

A tecnologia se insere de forma contundente no âmbito da Assistência Social e alguns questionamentos emergem como fundamentais para profissionais e pesquisadores da área, como o modo de encarar essas tecnologias – se enquanto meros instrumentos ou como verdadeiros ambientes que os profissionais devem ocupar – e, sobretudo, o questionamento acerca da necessidade de garantir o direito de conectividade a toda população.

O primeiro passo para uma meditação sobre a técnica é abandonar a perspectiva instrumental e encarar as tecnologias como parte integrante da condição humana, elementos estruturantes do mundo que habitamos. Abandonar essa perspectiva nos permite sair de uma cilada moralista que ora encara essas tecnologias como boas em si, ora como ruins em si, o que inevitavelmente contamina o debate sobre a relação entre a Assistência Social e o mundo da técnica. Boa parte da discussão gira em torno desse dilema porque polariza as opiniões entre aqueles que entendem a tecnologia como ferramenta que traz o progresso para a atividade e aqueles que entendem que o excesso de mediação tecnológica, como os atendimentos remotos, traz prejuízos substantivos para a atividade, por supostamente corromper um de seus princípios fundamentais, que é o contato presencial. Igualmente problemática é a tese da suposta neutralidade das tecnologias, centrada na defesa de que elas não seriam boas ou ruins em si, mas qualificadas segundo o uso que é feito delas. Ou seja, as tecnologias no âmbito da Assistência Social poderiam até ser algo positivo se usadas com propósitos nobres.

O problemático em todas essas posições é que elas partem do mesmo pressuposto de que as tecnologias são meros instrumentos, que ora corrompem, ora potencializam o trabalho da assistência social, ou mesmo as consideram como instrumentos neutros cujo papel seria decidido por seus diferentes usuários. Martin Heidegger, eminente pensador da técnica, nos alerta que a concepção instrumental, apesar de correta, não revela a verdade sobre a técnica. Eis a urgência de se questionar sobre a técnica, pois, ao contrário, estaríamos sempre limitados e sem liberdade diante dela, presos na afirmação ou negação apaixonada ou entregues à falácia da neutralidade. No limite, as tecnologias não são apenas meros instrumentos, mas determinam a forma como habitamos o mundo e nos relacionamos com os outros seres humanos.

Mais do que um simples conjunto de objetos e práticas, a técnica deve ser pensada como um fator relevante na nossa relação com a realidade, isto é, como aquilo que interfere e tem precedência nas diferentes variações possíveis do modo de aparecimento, ou de revelação, da realidade. Logo, a nossa condição de ha-

bitação no mundo contemporâneo é marcada pelo advento das tecnologias digitais e em rede. Tal condição deve ser refletida seriamente por toda atividade profissional, inclusive aquelas ligadas aos SUAS.

A informatização e as novas tecnologias são um risco e uma oportunidade para o serviço social. Um risco, porque podem contribuir para romper a relação entre profissionais e usuários, comprometendo a criação de vínculos e o exercício da escuta. Uma oportunidade, porque podem, ao contrário, contribuir para uma maior autonomia dos cidadãos e impulsionar uma nova reflexão sobre os ofícios e as funções, ajudando na estruturação de um ambiente profissional — possivelmente ampliado — e promovendo a formação, o intercâmbio de práticas, a comunicação para além dos quadros estritamente institucionais.

Historicamente vista sob a ótica da instrumentalidade, na esteira da informatização de processos a partir dos anos 1990, a condição digital da existência contemporânea, com a pandemia e o imperativo do distanciamento social, se desvela de outro modo para os profissionais e gestores. A continuidade de vários serviços foi parcialmente possível graças às tecnologias, não por existirem arquiteturas digitais planejadas para essa emergência, mas porque boa

parte da sociedade brasileira já habita esse novo ambiente, o que permitiu uma adaptação emergencial.

No entanto, essa situação desvelou um outro aspecto, reflexo da desigualdade econômica, que é a desigualdade digital. Estudantes do Brasil inteiro, para dar o exemplo mais marcante, sem acesso às redes e computadores, estiveram excluídos do ensino remoto emergencial durante o período de restrição na pandemia. Exclusão tecnológica que vai aprofundar as desigualdades sociais. De fato, uma parcela considerável da população, justamente a mais fragilizada e que demanda os serviços do SUAS, está excluída do mundo digital. Além dessa questão educacional, tarefas simples, como solicitar o auxílio emergencial via aplicativo da Caixa, representaram um obstáculo enorme para muitas pessoas que não tinham acesso às redes. O demandante precisaria de um celular, de um computador ou da ajuda de um terceiro para pedir o benefício. O resultado foi a formação de filas gigantescas nas agências da Caixa ou mesmo nos Centro de Referência da

“ A garantia da conectividade constitui direito básico de cidadania no mundo contemporâneo e a não concretização desse direito agrava as desigualdades. ”

Assistência Social (CRAS) para algum tipo de auxílio. Lamentavelmente, essa barreira digital ocasionou o não cadastramento de pessoas que precisavam muito, como aqueles em situação de rua que, muitas vezes, nem no CadÚnico estavam.

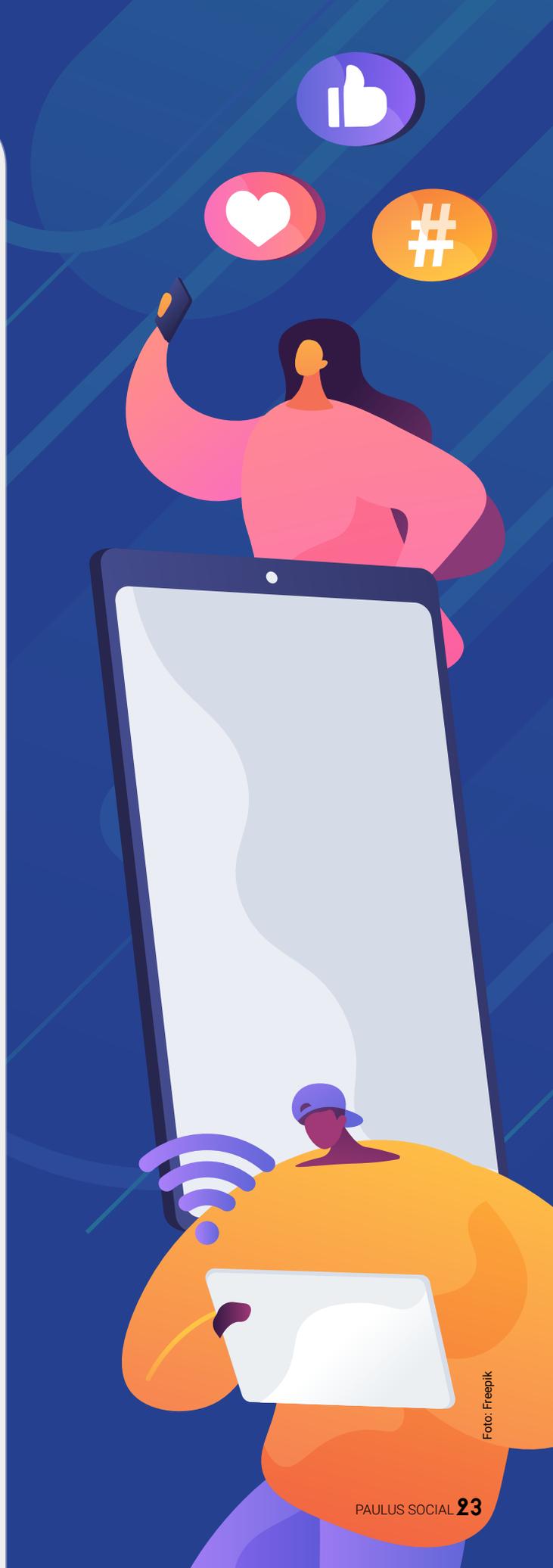
A invisibilidade social é, nesses casos, potencializada pela exclusão digital. Outro exemplo marcante foi o programa de gratuidade nos restaurantes Bom Prato do governo estadual. Essa gratuidade era garantida via cadastramento on-line e apresentação de um cartão com QR Code pelos beneficiários, o que, evidentemente, representava um grande obstáculo para efetivação desse direito. Sem mencionar todos os serviços prestados no âmbito do SUAS que puderam continuar de forma remota pelas mediações tecnológicas, mas dos quais ficaram de fora aqueles que não tinham recursos digitais, permanecendo expostos e desassistidos.

Não vivemos tempos normais. O que a pandemia desvelou de modo claro é que vivemos definitivamente no mundo da técnica e das redes, sendo este um caminho sem volta. Nesta situação extrema, foram as tecnologias que permitiram a continuidade da vida social. Logo, a garantia da conectividade constitui direito básico de cidadania no mundo contemporâneo e a não concretização desse direito agrava as desigualdades e potencializa as invisibilidades sociais. A clareza de que a conectividade é um direito básico só é atingida, no nosso entender, quando se abandona a perspectiva instrumental.

A urgência do debate se intensifica quando deixamos de enxergar as tecnologias como simples ferramentas, que podemos usar ou não, que prejudicam ou beneficiam, e passamos a enxergá-las como constitutivas do ambiente contemporâneo que habitamos, entendendo que ao se negar o acesso a elas, nega-se também a cidadania. Desvela-se, assim, a necessidade e a urgência de um investimento de todos os atores do serviço social em tecnologias de comunicação e informação. Sobre tudo, desvela-se a necessidade de compreender a conectividade como um direito a ser garantido à população e cuja efetivação melhora as condições de vida das pessoas vulneráveis, pois resgata a capacidade de ação e permite a participação plena da vida em sociedade. Em suma: o caminho para efetivação do direito à plena convivência passa pela democratização das tecnologias.

¹ Doutor em Sociologia pela Université Sorbonne Paris Cité, mestre em Ciências da Comunicação pela USP, especialista em Ciências da Religião pela PUC-SP e graduado em Comunicação Social, Filosofia e Ciências Sociais pela USP. É professor dos cursos de Comunicação Social e Filosofia e coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão da Faculdade PAULUS de Tecnologia e Comunicação (Fapcom).

² HEIDEGGER, Martin. Ensaios e conferências. Petrópolis: Vozes, 2006.



ENTREVISTA

AS MARGENS CENTRAIS DA CIDADE

Por Alberto Nascimento

O distanciamento social — necessidade imperativa para conter o ritmo de transmissão e o avanço da atual pandemia — traz consigo uma dimensão de novas demandas e necessidades. Em uma sociedade extremamente regida por relações econômicas e financeiras, é impraticável solicitar à população que “fique em casa” quando faltam iniciativas governamentais que permitam a manutenção do poder de compra. Como apenas uma pequena porcentagem dos setores de serviços permite o trabalho remoto, uma quantidade significativa da população é obrigada a se deslocar para seu trabalho a fim de garantir não apenas a própria subsistência, mas também viabilizar a manutenção da roda do capital.

Todavia, existe dentro dessa dinâmica um segundo tipo de “distanciamento social”: no caso, o de uma parcela da população que existe às margens do *status quo*, não apenas fisicamente deslocadas, mas também na dimensão existencial. Vivendo ignorada pelo ritmo da cidade, a população em situação de rua se aglomera marginalizada na periferia metafórica, que muitas vezes se manifesta na própria região central das grandes metrópoles.

Padre Júlio Lancelotti, pároco da paróquia São Miguel Arcanjo, localizada no bairro da Mooca, em São Paulo (SP), tem atuação constante na garantia e defesa de direitos da população em situação de rua. Para ele, a pandemia trouxe uma mudança muito grande no ritmo de vida dessa parcela da população. “No início, o impacto foi muito grande, porque a população em situação de rua está acostumada a lidar com inimigos visíveis e, de repente, apareceu um inimigo invisível de todos, não só deles. De início, eles ficaram impactados ao ouvir o apelo: ‘Fique em casa’, e eles sem uma casa para ficar; ‘lave as mãos’, e eles sem acesso à água potável; ‘use álcool em gel’, e o álcool que eles conhecem é o que acende o fogo ou o que está na bebida. Então, eles passaram a ouvir muitas coisas que para eles eram estranhas. Outro fator que chamou muito a atenção deles é que antes, se eles estivessem mascarados, eram repudiados ou repreendidos; mas, de repente, eles passaram a ser repreendidos se estivessem sem máscaras. Outro fato curioso é que em todos os lugares onde eles não podiam entrar, com a pandemia, ninguém pôde entrar, como em shoppings e restaurantes”, relata o religioso.

No dia 12 de março, teve início a vacinação contra a Covid-19 para pessoas em situação de rua. No fim do mês, todos acima de 18 anos que fazem parte dessa população vulnerável tiveram acesso à vacinação. Todavia, Pe. Lancellotti observa que esse processo encontra seus empecilhos entre a própria população. “A rua repete aquilo que existe na sociedade; na rua também há negacionistas. Existem agora os que querem ser vacinados e os que não querem. A rua não é um mundo à parte e todo o pensamento que existe na sociedade está entre os moradores em situação de rua também”, conta Pe. Júlio.

O último censo da população de rua, realizado em 2019, indica aproximadamente 25 mil pessoas vivendo em condição de vulnerabilidade na capital de São Paulo. Entretanto, o Movimento Estadual da População em Situação de Rua estima que este número já esteja defasado, e a quantidade real aproxime-se dos 50 mil. “O número de pessoas na rua aumentou, então as dificuldades de sempre cresceram. Percebemos o aumento de mulheres com crianças, grupos familiares. Vemos que o centro da cidade está coberto de barracas. As pessoas estão realmente morando na rua, a cidade está cheia de acampamentos”, afirma Lancellotti.

Apesar da situação, Pe. Júlio não deixou de prestar atendimento aos moradores em situação de rua. Ele relata que foram adotados procedimentos de distanciamento, uso de máscara e álcool em gel, para que os atendimentos fossem mantidos. “Além disso, é perceptível o aumento do número de pessoas buscando refeição”, relata o religioso.

Mesmo com a possibilidade de que a adaptação aos protocolos sanitários gerasse impeditivos na atuação, Pe. Júlio conta não ter sido essa sua experiência. “Se o contato é continuado, não episódico, eles nos conhecem. No contato continuado são os mesmos olhos. Há a diferença do uso da máscara, mas a pessoa continua sendo a mesma. A máscara transformou um pouco a relação, pois geralmente nós tínhamos uma comunicação mais corporal, e a máscara está nos levando a ter uma comunicação voltada aos olhares”, explica.

Sobre novas estratégias adotadas pelo poder público, Lancellotti fala sobre a limitada quantidade de vagas disponíveis na rede hoteleira. “Uma novidade que apareceu — e deveria ter sido muito maior, mas foi muito tímida — foi a utilização da rede hoteleira. A disponibilidade de vagas em hotéis de São Paulo foi muito baixa, diferente de outras grandes cidades do mundo. Em São Paulo, a prefeitura conseguiu no máximo 200 vagas, só para idosos; não conseguiu para mulheres com crianças”, conta Pe. Júlio.

O crescimento significativo da população em situação de rua se dá desde antes da pandemia, que apenas agravou esse ritmo. A necessidade constante de novas estratégias que transcendam o assis-



Foto: Instagram @padrejulio.lancellotti

tencialismo se faz cada vez mais gritante. Mas, há também uma necessidade de reestabelecimento dos vínculos dessa população, que pode ser gerado progressivamente por cada pessoa. “Algo que podemos fazer sempre, e todos podem fazer, é não discriminar, não ter medo. Comunique, fale com as pessoas; isso já representa uma mudança de atitude”, conclui Pe. Lancellotti.



Foto: Instagram @padrejulio.lancellotti



Foto: iStock

I CUIDAR-SE É MAIS QUE URGENTE

Por Roger de Lima*

Cuidar-se é mais que urgente! Foi a primeira coisa que pensei quando o ano de 2021 iniciou e as expectativas para um retorno presencial ao trabalho já eram uma possibilidade real.

Lidar com o vírus a todo instante, seja em casa, em home office, dentro do transporte público, no trânsito ou até mesmo andando na rua, evitando contatos, é realmente assustador. A própria Organização Mundial da Saúde (OMS) denominou de “fadiga pandêmica” todo o cansaço que envolve a autocobrança pelos cuidados constantes para evitar o contágio e a transmissão da Covid-19. Contribuem para essa fadiga: ter que cuidar do corpo e da mente, não poder abrir exceções para o contato com familiares e pessoas próximas — para assim também preservá-las —, não permitir que as crianças brinquem ao ar livre, ser obrigado a estudar e ter experiências culturais somente on-line, entre outros elementos. Um exemplo prático desse cansaço foi o estresse gerado pelo excesso de lives, quando todos nós estávamos isolados num espaço ultrarreduzido para nossa própria sobrevivência.

Contudo, no meio disso, precisamos começar a exercitar esses “respiros” de autocuidado, e um deles envolve justamente o escolher se desconectar. Cuidar-se é mais que urgente!

Como as famílias que atendemos realizam esse autocuidado? Elas podem fazê-lo? Elas sabem que podem e que é um direito delas? Como elas saberiam, em meio a tantas informações falsas e notícias tristes se acumulando e circulando ao mesmo tempo nesse espaço infinito das mídias sociais — praticamente sem controle — e que acabam sugando nossa energia, deixando-nos fadigados e abalados psicologicamente?

A expectativa do retorno presencial estava nos assuntos mais urgentes: informações e cuidados. A nossa vontade era que todas as famílias atendidas pudessem ter, ao menos, as informações precisas e necessárias do que estava realmente acontecendo conosco, aqui em São Paulo e em qualquer outro lugar do Brasil. Voltar aos trabalhos dentro do Serviço de Convivência era uma missão importante, pois havia famílias necessitadas de informação, ao mesmo tempo em que precisavam do pão. E é justamente essa balança que também faz com que qualquer tipo de cuidado seja mais que um direito, mas também um acesso à própria vida.

Com isso, quando retomamos parte das atividades em janeiro de 2021, a primeira ideia para uma continuidade eficaz do atendimento presencial foi pensarmos coletivamente ações que favorecessem o acesso à informação sobre os temas de saúde, segurança e prevenção para as famílias.

Logo, a cada vez que saía de casa, era impossível não pensar no que estava à minha volta e como isso dialogava diretamente comigo e com o atendimento às famílias. Enxergar as possibilidades concretas da liberdade, da democracia, da justiça e dos direitos acessados no contexto da pandemia tinha de ser um propósito cotidiano do nosso trabalho durante o retorno presencial, pois se trata de uma luta emergente.

Para que pudessemos possibilitar esse retorno em conjunto com os protocolos e orientações da OMS e demais instituições à frente do combate à Covid-19, foi necessário alterar e preparar o espaço para atender as crianças e adolescentes. Logo, todos os informes e demarcações foram adaptados para um formato interativo e lúdico, para que eles entendessem facilmente as questões que envolviam prevenção, saúde e segurança dentro dos espaços onde circulariam. Também tivemos o cuidado de ressignificar essas alterações, a fim de que os atendidos pudessem se sentir, mais uma vez, pertencentes ao Serviço de Convivência, já que espaços de acolhimento estão escassos neste momento.

Criar uma nova rotina baseada nos espaços onde mais pessoas costumavam estar e usar, repensando esse uso para que todos pudessem ir, mesmo que não ao mesmo tempo (a fase vermelha em São Paulo permite atendimento de até 35% do público), foi aprender na prática o que são as restrições que encontramos na rua e em outros espaços onde costumamos transitar, como o supermercado e a escola, por exemplo.

Aprender na prática e deixar com que os próprios atendidos pudessem recriar os combinados para utilizar as dependências e demais espaços foi uma oportunidade de partilhar com eles a autonomia diante de um assunto sério, que muito se fala e se vê nas mídias, mas que poucos compreendem ou realizam na prática, que é cuidar de si mesmo através de hábitos e comportamentos preventivos e, através disso, cuidar dos amigos, familiares e demais pessoas.

Todos contribuíram para que o planejamento estivesse alinhado às orientações de saúde, do direito alimentar e de prevenção e, com muito cuidado, ele foi tecido junto aos atendidos, que, aos poucos, trouxeram ideias diversas e muito coerentes em relação ao assunto. Cuidar do espaço que lhes pertence passou a ser também um ato de responsabilidade coletiva. Eles gostam e são detentores desse protagonismo e foi isso que me motivou a acreditar mais ainda na oferta do serviço dentro das comunidades e, principalmente, na promoção de direitos. Eles sabiam o que estavam falando e fazendo e, quando não, a dúvida dava a direção para os caminhos mais pertinentes.

A nossa casa mudou, a rua mudou, nossos costumes mudaram, os espaços mudaram, nossas relações tiveram de acontecer de maneiras adaptadas e uma coisa também mudou: o modo como cuidamos de nossa parte emocional e psicológica.

Como falei no início, com a distância das pessoas e da vida que levávamos, normalizamos a ideia de suprir essas faltas e necessidades por meio da internet, fazendo com que as redes sociais se tornassem grandes “geradores de alívio”. E esse ponto também precisa ser olhado com urgência. Em rodas de conversa, as crianças e adolescentes já falam sobre isso. Nos atendimentos, eles questionam sobre padrão, gênero, raça, saúde emocional, desigualdades, influenciadores, afetividades e vários outros temas sociais que ainda não são vistos como deveriam e que, infelizmente, são colocados, de forma precipitada e injusta, na “conta da pandemia”.

É um dever de todos nós assegurarmos o bem-estar dessas famílias, escutar e dar a voz necessária para essas crianças e jovens e fazer com que as rodas de conversa ecoem por espaços e lugares merecidos. Que esse eco seja espalhado para onde for preciso, pois não se trata apenas de direito, mas sim de cuidados fundamentais para com essas pessoas. E cuidar-se é mais que urgente!

***Roger de Lima** atua como Orientador Social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos “CCA PAULUS”, mantido pela PAULUS na Freguesia do Ó em São Paulo/SP.

“
Precisamos
começar a
exercitar esses
“respiros” de
autocuidado.
”



Assistência Social PAULUS

11 5081-7420

social.com@paulus.com.br

paulus.org.br

Comunicação
para um mundo melhor

